



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

- ESTADO DE SÃO PAULO -
DEPARTAMENTO JURÍDICO



CONTRATO Nº 205/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento de contrato, que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI**, estabelecida na Praça do Paço Municipal, nº 10 - Centro - Cajati - SP, inscrita no C.N.P.J sob o nº 64.037.815/0001-28, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **LUIZ HENRIQUE KOGA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. nº 19.383.147-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 087.424.528-13, residente na Rua Dr. Pierre Geisweller, nº 45 Apto 11 - Cajati - SP (11.950-000), daqui em diante designada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **TELFÔNICA BRASIL S.A.**, situada à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376 - Cida Monções - São Paulo - SP (04571-936), inscrita no C.N.P.J sob nº 02.558.157/0001-62, aqui representada pelo Sr. **ALEX EDUARDO FREITAS**, brasileiro, casado, Gerente de Seção, Portador do documento de identidade R.G. nº. 21.993.730 expedido pela SSP/SP e Inscrito no CPF. nº. 070.661.598-02, estabelecido à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376 - Cida Monções - São Paulo - SP (04571-936), e o Sr. **FABIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN**, Gerente Vendas Diretas Municipal SP, Portador do documento de identidade RG: 27.638.106 - 3 e inscrito no CPF 267.221.148-56, Data de Nascimento: 29/11/1977 estabelecido à Rua Correia de Lemos, 525 8ª aptº 84 - Cep: 04140-000 - Saúde - São Paulo de ora em diante designada **CONTRATADA**, que tem como justo e contratado entre si no Pregão Eletrônico nº 116/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73076/2022, conforme Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e suas atualizações, que se regerá pelas cláusulas e condições, abaixo discriminados, que as partes reciprocamente aceitam e outorgam a saber:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato, Prestação de serviço telefônico fixo comutado, local e nacional, utilizando terminais analógicos, enlacs digitais E1-R2D ou SIP TRUNKING com ramais DDR, incluindo fornecimento, instalação física e ativação da programação inicial de central telefônica (PABX - DIGITAL ou SIP TRUNKING) em regime de locação com portabilidade dos números atuais, conforme requisitos técnicos mínimos obrigatórios descritos no Termo de Referência.

LOTE 01 - LINHAS DIGITAIS					
ITEM	DESCRIÇÃO MÍNIMA DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT. MESES	R\$ TOTAL MÊS	R\$ TOTAL 12 MESES
01	SERVIÇOS DE TELEFONIA LINHAS DIGITAIS (SIP) - DEVENDO CONTER OS SEGUINTESSERVIÇOS MÍNIMOS: Troncos digitais 60 Canais E1/SIP - com fornecimento de PABX; Aparelhos IP; Ramal DDR (grupo de 10 ramais); Minuto Local (fixo - fixo); Minuto Longa Distância Inter-regional (fixo - fixo); Minuto Longa Distância Intra-regional (fixo - fixo); Minuto VC1 (fixo - móvel Local); Minuto VC2 (fixo - móvel Intra regional); Minuto VC3 (fixo - móvel Inter regional) e demais serviços conforme especificações e descrições presentes no termo de referência para atendimento ao Paço Municipal de Cajati/SP	MENSALIDADE	12	R\$ 6.993,00	R\$ 83.916,00





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

- ESTADO DE SÃO PAULO -
DEPARTAMENTO JURÍDICO



CONTRATO Nº 205/2022

02	SERVIÇOS DE TELEFONIA LINHAS DIGITAIS (SIP) - DEVENDO CONTER OS SEGUINTESSERVIÇOS MÍNIMOS: Troncos digitais 60 Canais E1/SIP – com fornecimento de PABX; Aparelhos IP; Ramal DDR (grupo de 10 ramais); Minuto Local (fixo – fixo); Minuto Longa Distância Inter-regional (fixo – fixo); Minuto Longa Distância Intra-regional (fixo – fixo); Minuto VC1 (fixo – móvel Local); Minuto VC2 (fixo – móvel Intra regional); Minuto VC3 (fixo – móvel Inter regional) e demais serviços conforme especificações e descrições presentes no termo de referência para atendimento ao Pronto Atendimento Municipal de Cajati/SP	MENSALIDADE	12	R\$ 6.993,00	R\$ 83.916,00
03	SERVIÇOS DE TELEFONIA LINHAS DIGITAIS (SIP) - DEVENDO CONTER OS SEGUINTESSERVIÇOS MÍNIMOS: Troncos digitais 30 Canais E1/SIP – com fornecimento de PABX; Aparelhos IP; Ramal DDR (grupo de 10 ramais); Minuto Local (fixo – fixo); Minuto Longa Distância Inter-regional (fixo – fixo); Minuto Longa Distância Intra-regional (fixo – fixo); Minuto VC1 (fixo – móvel Local); Minuto VC2 (fixo – móvel Intra regional); Minuto VC3 (fixo – móvel Inter regional) e demais serviços conforme especificações e descrições presentes no termo de referência para atendimento ao Departamento de Educação de Cajati/SP	MENSALIDADE	12	R\$ 2.677,00	R\$ 32.124,00
VALOR TOTAL LOTE 01				R\$ 16.663,00	R\$ 199.956,00

LOTE 02 – LINHAS ANALÓGICAS					
ITEM	DESCRIÇÃO MÍNIMA DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT. MESES	R\$ TOTAL MÊS	R\$ TOTAL 12 MESES
02	SERVIÇOS DE TELEFONIA LINHAS ANALÓGICAS (STFC) - DEVENDO CONTER OS SEGUINTESSERVIÇOS MÍNIMOS: Linhas Analógicas; Minuto Local (fixo – fixo); Minuto Longa Distância Intraregional (fixo – fixo); Minuto Longa Distância Interregional (fixo – fixo); Minuto VC1 (fixo – móvel Local); Minuto VC2 (fixo – móvel Intra regional); Minuto VC3 (fixo – móvel Inter regional) e demais serviços conforme especificações e descrições presentes no termo de referência para atendimento aos diversos departamentos da Administração Municipal.	MENSALIDADE	12	R\$ 4.524,80	R\$ 54.297,60
VALOR TOTAL LOTE 02				R\$ 4.524,80	R\$ 54.297,60

VALOR TOTAL DA PROPOSTA (LOTE 01 + LOTE 02)	R\$ 21.187,80	R\$ 254.253,60
----------------------------------------------------	---------------	----------------

DECOMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS (PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS DOS SERVIÇOS)

LOTE 01 – LINHAS DIGITAIS					
ITEM	DESCRIÇÃO MÍNIMA DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT. MESES	R\$ TOTAL MÊS	R\$ TOTAL 12 MESES
				VALOR ESTIMADO	





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

- ESTADO DE SÃO PAULO -
DEPARTAMENTO JURÍDICO



CONTRATO Nº 205/2022

ITENS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QTDE.	R\$ UNIT.	R\$ MENSAL	R\$ TOTAL 12 MESES
01.	Troncos digitais 60 Canais E1/SIP – com fornecimento de PABX	UNIDADE	02	-R\$ 1.999,00	R\$ 3.998,00	R\$ 47.976,00
02.	Locação e Manutenção do equipamento PABX	UNIDADE	02	R\$ 2.294,00	R\$ 4.588,00	R\$ 55.056,00
03.	Troncos digitais 30 Canais E1/SIP – com fornecimento de PABX	UNIDADE	01	R\$ 1.157,00	R\$ 1.157,00	R\$ 13.884,00
04.	Locação e Manutenção do equipamento PABX		01	R\$ 620,00	R\$ 620,00	R\$ 7.440,00
05.	Aparelhos IP	UNIDADE	350	R\$ 18,00	R\$ 6.300,00	R\$ 75.600,00
06.	Ramal DDR (grupo de 10 ramais)	UNIDADE	400	-	-	-
07.	Minuto Local (fixo – fixo)	MIN./MÊS	5.000	-	-	-
08.	Minuto Longa Distância Inter-regional (fixo – fixo)	MIN./MÊS	500	-	-	-
09.	Minuto Longa Distância Intra-regional (fixo – fixo)	MIN./MÊS	4.000	-	-	-
10.	Minuto VC1 (fixo – móvel Local)	MIN./MÊS	3.000	-	-	-
11.	Minuto VC2 (fixo – móvel Intra regional)	MIN./MÊS	300	-	-	-
12.	Minuto VC3 (fixo – móvel Inter regional)	MIN./MÊS	100	-	-	-
VALOR TOTAL LOTE 01					R\$ 16.663,00	R\$ 199.956,00

LOTE 02 – LINHAS ANALÓGICAS						
ITENS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QTDE.	VALOR ESTIMADO		
				R\$ UNIT.	R\$ MENSAL	R\$ TOTAL 12 MESES
13	Linhas Analógicas	UNIDADE	80	R\$ 56,56	R\$ 4.524,80	R\$ 54.297,60
14	Minuto Local (fixo – fixo)	MIN./MÊS	8.000			
15	Minuto Longa Distância Intra regional (fixo – fixo)	MIN./MÊS	1.600			
16	Minuto Longa Distância Inter regional (fixo – fixo)	MIN./MÊS	300			
17	Minuto VC1 (fixo – móvel Local)	MIN./MÊS	4.500			
18	Minuto VC2 (fixo – móvel Intra regional)	MIN./MÊS	300			
19	Minuto VC3 (fixo – móvel Inter regional)	MIN./MÊS	200			
VALOR TOTAL LOTE 02					R\$ 4.524,80	R\$ 54.297,60

VALOR TOTAL DA PROPOSTA (LOTE 01 + LOTE 02)				R\$ 21.187,80	R\$ 254.253,60
----------------------------------------------------	--	--	--	---------------	----------------

Cláusula Segunda – DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será efetuada conforme solicitação do Departamento Responsável. O prazo de execução da presente licitação será de 12 (doze) meses, podendo

Praça do Paço Municipal, nº 10 – Centro – CEP 11.950-000 – Cajati, SP
E-mail: juridico@cajati.sp.gov.br – Telefone: (13) 3854-8667



Página 3 de 10

Assinado por 4 pessoas: DIEGO RIBEIRO DE FREITAS, MARIA CLAUDIA DOS SANTOS DOMINGUES, LUIZ HENRIQUE KOGA e DIRNEY DE PONTES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cajati.1doc.com.br/verificaca.../204-D014-D014-C79B-E5CE e informe o código 2204-D014-C79B-E5CE



CONTRATO Nº 205/2022

prorrogado, conforme Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8666/93, contados a partir do recebimento da Ordem de Início de Execução dos Serviços a ser expedida pelo Departamento requisitante da Prefeitura do Município de Cajati.

Em havendo prorrogação contratual, após período de 12 (doze) meses, o valor será reajustado com base na inflação apurada no período, tomando-se por base o índice do IPC-FIPE

Cláusula Terceira – DO PREÇO

O preço total da execução dos serviços ora contratado é de **R\$ 254.253,60 (duzentos e cinquenta e quatro mil duzentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos)**, fixo e irrevogável, exceto nos casos previstos no edital.

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, por acordo entre as contratantes, que se fizerem necessários, nos termos do § 1º do artigo 65, Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

Parágrafo Único – O preço referido no *caput*, além da mão de obra, materiais e todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, bem como todas as despesas com transportes, seguros, equipamentos de segurança, impostos e/ou taxas e com outras pertinentes correrão por conta da CONTRATADA, que responderá pela realização das mesmas independentemente da manifestação do preposto da CONTRATANTE, sendo condição obrigatória para a realização dos respectivos pagamentos.

Cláusula Quarta – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, mensalmente, após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias após a realização dos serviços.

O não pagamento do valor devido até a data do vencimento, levará a imediata e independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, das seguintes sanções: a) 2% (dois por cento) de multa sobre o valor devido; e b) atualização do valor descrito nos subitem (a) acima pelo IGP-DI, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, ou, no caso de extinção do IGP-DI, por outro índice que reflita a variação dos preços no período em questão, acrescidos de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês calculado pro-rata die, desde a data do vencimento do documento de cobrança até a data da efetiva liquidação do débito

Cláusula Quinta – DO RECURSO FINANCEIRO

O recurso financeiro para atendimento ao objeto do presente exercício, conforme Elemento Econômico 3.3.90.39 – do Código de Recurso e Fonte, será atendido pela dotação codificada sob o nºs :

Departamento de Administração

Unidade: Departamento de Administração

Código: 04.122.0004.2016 - Manutenção da Divisão de Apoio Administrativo

3.3.90.39. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



CONTRATO Nº 205/2022**Cláusula Sexta – DA PRAÇA DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado, após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias após a realização dos serviços.

Cláusula Sétima – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Das obrigações da Contratada:

- a) A CONTRATADA assume integral responsabilidade pela execução dos serviços, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto do presente contrato.

Parágrafo Único - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nestas cláusulas, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

- b) A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou terceiros de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluído ou reduzido essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento exercido pelo representante da CONTRATANTE.
- c) A CONTRATADA se obriga a realizar os serviços, arcando com todas as despesas, impostos e taxas incidentes sobre o objeto deste contrato.
- d) A empresa obriga-se a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação que são exigidas nesta licitação.
- e) A CONTRATADA será civilmente responsável por todo e qualquer acidente e danos aos usuários, terceiros e empregados seus, na execução dos serviços contratados, inclusive pagamento das indenizações devidas.
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela Prefeitura do Município de Cajati.
- g) Atender as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital para os serviços pretendidos.
- h) Arcar com todas as despesas decorrentes do contrato, incluindo mão de obra, tributos, locações, materiais, e demais encargos incidentes sobre os serviços contratados.
- i) Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao CONTRATANTE ou a terceiros.
- j) Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.
- k) Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas.
- l) Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato.
- m) Manter durante toda execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para Contratação, nos termos da Lei Federal nº 8666/93 e demais atualizações;

CONTRATO Nº 205/2022

- n) Reconhecer o gestor do contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE para realizar as solicitações relativas a esta Contratação, tais como manutenção, correções, entre outros.
- o) Levar imediatamente, ao Gestor do Contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção de medidas cabíveis.
- p) Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas na execução dos serviços.
- q) A CONTRATADA deverá sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidas na forma do Artigo 65 da Lei Federal nº 8666/93 e demais atualizações.
- r) Responder por todo ônus e obrigações concernentes às legislações Fiscal, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, inclusive os decorrentes de acidentes de trabalho;
- s) Responder financeiramente, sem prejuízo das medidas e outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços;
- t) Executar todos os serviços de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram este Edital, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT, bem como as determinações da Contratante;
- u) Comunicar a Fiscalização e proceder, às suas expensas, as correções necessárias, sempre que ocorrerem falhas, erros ou omissões nos serviços, especificações e demais elementos técnicos que integram este Edital, assumindo a responsabilidade pela correta execução de todos os serviços.
- v) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução irregular ou não correspondentes às especificações;

Cláusula Oitava – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a pagar pontualmente os serviços executados pela CONTRATADA.

Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados.

Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicar a CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, serviços prestados pela CONTRATADA.

Notificar a CONTRATADA, na ocorrência de situação prevista no item anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste Contrato.

Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas no Contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade.

Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

- ESTADO DE SÃO PAULO -
DEPARTAMENTO JURÍDICO



CONTRATO Nº 205/2022

Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

Cláusula Nona – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e acompanhamento dos serviços serão exercidos pela CONTRATANTE, através de agente por ela designado, a quem compete verificar se a empresa está realizando os serviços, obedecendo ao Termo de Referência, o Contrato e aos demais documentos que o integram.

A empresa sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante.

A fiscalização será exercida no âmbito dos interesses da contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e/ou prepostos. Qualquer exigência da fiscalização inerente ao objeto e termos do presente instrumento deverá ser prontamente atendida pela contratada, sem ônus para a contratante.

A Gestora do contrato é a servidora MARIA CLÁUDIA DOS SANTOS DOMINGUES Diretora do Departamento de Administração, e o responsável pela fiscalização será o servidor DIOGO RIBEIRO DE FREITAS, chefe da Divisão de Tecnologia da Informação, conforme Portaria 1.543 de 16/11/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA OS CONTRATADOS / DETENTORES DO CONTRATO.

10.1 Comete infração administrativa, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e nº. 10520/2002 e nº 8.429/1992 a licitante/adjudicatária que:

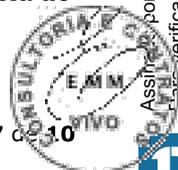
- a) Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b) ensejar o retardamento da execução do certame;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame ou complementares na fase de contratação;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo.
- h) Atentar contra os princípios da Administração Pública.

10.2. A Licitante/adjudicatária que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) lote (s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;
- c) impedimento de licitar e de contratar com o Município de Cajati/SP pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

10.3. Comete infração administrativa nos termos das Leis Federais nº.s 8.666/1993 e 10.520/2002 e 8.429/1992, a Contratada que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente quaisquer das obrigações assumidas em decorrência do contrato;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

- ESTADO DE SÃO PAULO -
DEPARTAMENTO JURÍDICO



CONTRATO Nº 205/2022

- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não mantiver a proposta.
- g) Atentar contra os princípios da Administração Pública.

10.4. A Contratada que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato/autorização de fornecimento, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Cajati/SP pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada/Detentora ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

10.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº. 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.6. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.6.1. A relação familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau) com servidor público municipal ou entre os sócios das empresas licitantes, bem como a identidade de sócios entre as empresas licitantes, são elementos que podem levar à conclusão de comportamento inidôneo (conforme modelo de declaração - ANEXO XI).

10.6.2. As licitantes deverão informar, nos termos do art. 9º da Lei Federal 8.666/1993, se há ou não integrante do seu quadro societário que guarde relação familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau) com servidor público municipal.



CONTRATO Nº 205/2022

10.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.8. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nas Leis Federais nº. 8.666/1993 e 10.520/2002, e subsidiariamente (e no que couber) a Lei Federal nº. 9.784/1999.

10.9. Se no decorrer do processo de aplicação de penalidade houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846 de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração de responsabilidade da empresa deverão ser remetidas a autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

10.9.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira nos termos da Lei nº 12.846 de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.11. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da cobrança respectiva pela EMPRESA. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a EMPRESA tenha a receber do MUNICÍPIO DE CAJATI. Não havendo pagamento pela EMPRESA, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a EMPRESA ao processo executivo.

10.12. Os valores referentes às multas e demais importâncias, quando não ressarcidas pela EMPRESA, serão atualizadas pelo IPCA-IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente à época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado *pro rata die* e acrescido de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano.

10.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Portal da Transparência, Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e SICAF.

Cláusula Décima Primeira – DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser rescindido, unilateralmente, pela CONTRATANTE, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

I - Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

II - Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

- ESTADO DE SÃO PAULO -
DEPARTAMENTO JURÍDICO



CONTRATO Nº 205/2022

- III – Por descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer das cláusulas ou dispositivo do presente contrato pela CONTRATADA;
- IV – Pela decretação de falência, pedido de concordata, insolvência, liquidação judicial ou extrajudicial ou suspensão pelas autoridades competentes das atividades da CONTRATADA.
- V – Pela dissolução da empresa contratada;
- VI – Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Segunda – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Jacupiranga/SP, para dirimir quaisquer questões relativas ao presente contrato, o qual terá preferência sobre qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, perfeitamente justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor de forma, depois de lido e devidamente conferido, de acordo com a Lei.

Cajati/SP, 16 de novembro de 2022.

Luiz Henrique Koga
PREFEITO MUNICIPAL

Signed by:
Alex Eduardo De Freitas
A. Por: ALEX EDUARDO DE FREITAS
CPF: 070.661.598-02

Alex Eduardo Freitas
TELEFONICA BRASIL S.A

Signed by:
Fabio Marques De Souza Levorin
A. Por: FABIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN
CPF: 267.221.148-56

Fabio Marques de Souza Levorin
TELEFONICA BRASIL S.A

Testemunhas:

Maria Claudia dos S. Domingues
RG nº 25.608.969-3

Dirney de Pontes
RG nº 28.853.759-2

Jessica Traquetti Da Silva





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

- ESTADO DE SÃO PAULO -
DEPARTAMENTO JURÍDICO



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATO)

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

CONTRATADO: TELEFÔNICA BRASIL S.A

CONTRATO Nº 205/2022

OBJETO: Prestação de serviço telefônico fixo comutado, local e nacional, utilizando terminais analógicos, enlaces digitais E1-R2D ou SIP TRUNKING com ramais DDR, incluindo fornecimento, instalação física e ativação da programação inicial de central telefônica (PABX – DIGITAL ou SIP TRUNKING) em regime de locação com portabilidade dos números atuais, conforme requisitos técnicos mínimos obrigatórios descritos no Termo de Referência.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Cajati, 16 de novembro de 2022.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

- ESTADO DE SÃO PAULO -
DEPARTAMENTO JURÍDICO



AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: LUIZ HENRIQUE KOGA

Cargo: Prefeito

CPF: 087.424.528-13

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: LUIZ HENRIQUE KOGA

Cargo: Prefeito

CPF: 087.424.528-13

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: LUIZ HENRIQUE KOGA

Cargo: Prefeito

CPF: 087.424.528-13

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: ALEX EDUARDO FREITAS

Cargo: Gerente de Seção

CPF: 070.661.598-02

Assinatura: _____

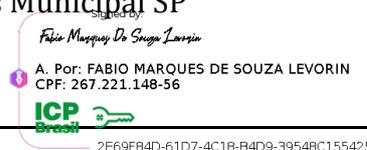


Nome: FABIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN

Cargo: Gerente Vendas Diretas Municipal SP

CPF: 267.221.148-56

Assinatura: _____





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

- ESTADO DE SÃO PAULO -
DEPARTAMENTO JURÍDICO



ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE

Nome: LUIZ HENRIQUE KOGA

Cargo: Prefeito

CPF: 087.424.528-13

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: MARIA CLAUDIA DOS SANTOS DOMINGUES

Cargo: Diretora do Departamento de Administração

CPF: 151.414.638-00

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nome: DIOGO RIBEIRO DE FREITAS

Cargo: Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação

CPF: 383.521.758-58

Assinatura: _____
